

**FLASH**

**Nº**

**011**

CONTAS DE GESTÃO

2003

**TCE**

*Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro*

7.564-3/04



Nº Origem:

Ofício: 155/04

Data Ofício: 23/03/2004

Origem : GABINETE DO GOVERNADOR

Natureza : PRESTAÇÃO DE CONTAS (DOC)\*

Int. Principal : ROSINHA GAROTINHO

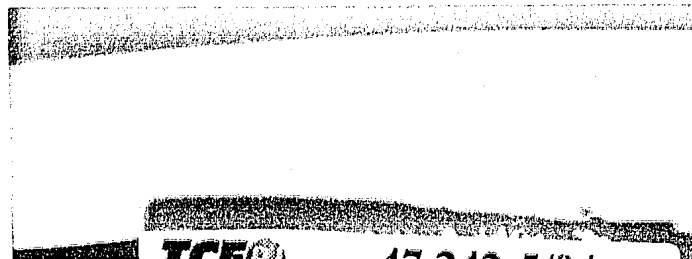
DOCUMENTO:

**Governadora  
Rosinha Garotinho**

UME XXII

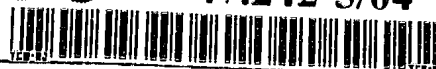
Cadastrado em

101983



**TCE**

47.242-5/04



Nº Orig Of 155/04 Dt Of 23/03/2004  
Origem GABINETE DO GOVERNADOR

Natureza OUTROS\*

Int. Princ ROSINHA GAROTINHO

Obs. DOCUMENTOS CONTAS DE GESTÃO GOVERNO DO ESTADO  
EXERCÍCIO 2003 - VOLUME XXII REF PROC TCE 114.976-4/04

Impressa por 02/003961

Cadastrado em 23/11/2004

22

TCE-RJ	PROCESSO Nº
#7564 3/04	
Rubrica	Fls. 02

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002**

**BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. - BERJ**  
(Em liquidação)


FCE-RJ	
PROCESSO Nº	
#7564 3/04	
Rubrica	Fls. 03

**BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. - BERJ (Em liquidação)**  
**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002**

**CONTEÚDO**

- Parecer dos auditores independentes
- Quadro 1 - Balanço patrimonial
- Quadro 2 - Demonstração do resultado
- Quadro 3 - Demonstração das mutações do passivo a descoberto
- Quadro 4 - Demonstração das origens e aplicações de recursos
- Notas explicativas às demonstrações contábeis

Trevisan 

TCE-RJ	PROCESSO Nº
#7564 3/04	
Rubrica 	Fis. 04

**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Ao liquidante  
Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. - BERJ (Em Liquidação)

- 1 Examinamos o balanço patrimonial do Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. - BERJ (Em Liquidação), levantado em 31 de dezembro de 2003, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do passivo a descoberto e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
- 2 Exceto pelo descrito nos parágrafos 3 a 9, nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da instituição; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da instituição, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- 3 Conforme nota no. 4, o BERJ mantém Certificados de Privatização Estadual no valor de R\$ 89.302 mil em 2003 e 2002. A Secretaria de Estado de Fazenda confirmou apenas a propriedade do BERJ sobre os referidos títulos, não sendo possível confirmarmos, portanto, a valorização dos mesmos em 31 de dezembro de 2003.
- 4 O BERJ apresenta contas a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS no montante de R\$ 202.946 mil (R\$ 256.878 mil em 2002) líquido de provisão para perdas de R\$ 376.899 mil (R\$ 477.059 mil em 2002), referente a 19.224 contratos (18.725 contratos em 2002). O gestor do FCVS informou a posição de 15.431 (1.748 em 2002) contratos em seus registros, divergente, portanto, em 3.793 contratos (16.977 contratos em 2002) da posição do BERJ. O gestor do FCVS informou a posição a pagar de R\$ 126.479 mil (105.202 mil em 2002). O BERJ apresenta em seus registros uma posição a receber de R\$ 579.845 mil (R\$ 733.937 mil em 2002). Não foi possível conciliarmos a divergência de R\$ 453.366 mil (R\$ 628.735 mil em 2002) com os registros contábeis. Adicionalmente, devido ao fato de não existir mercado ativo para esse contas a receber, não nos foi possível concluir sobre a adequacidade desta provisão.

Trevisan 

TCE-RJ	PROCESSO Nº
#7564 3/04	
Rubrica	M. 05

**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Ao liquidante  
Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. – BERJ (Em Liquidação)

- 5 Conforme nota no. 7.3, o BERJ mantém registrado em títulos e crédito a receber o montante de R\$ 428.171 mil em 2003 e 2002 referente à dívida da Companhia Metropolitana do Rio de Janeiro - METRÔ. O BERJ atualmente encontra-se em fase de negociação para recebimento desse ativo junto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro. Assim, a realização desse montante depende da conclusão das negociações entre as partes.
- 6 Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações contábeis da Empresa Brasileira de Soldas Elétricas S.A. – EBSE, correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2003. Como consequência, não nos foi possível formar uma opinião quanto à adequação dos valores representativos de tais investimentos naquela data e do correspondente resultado registrado no exercício de 2003, com base no valor de patrimônio líquido daquela empresa, como mencionado na nota 10 às demonstrações contábeis.
- 7 Conforme nota no. 14, em 31 de dezembro de 2003 o BERJ apresenta passivo atuarial junto a Rio Previdência – Fundo Único de Previdência do Estado do Rio de Janeiro no montante de R\$ 2.030 mil (R\$ 21.163 mil em 2002). Devido a inconsistências entre cláusulas contratuais, não foi possível concluirmos sobre a adequação desse passivo.
- 8 O Banco encontra-se envolvido em diversos processos de natureza cível, fiscal e previdenciária tendo provisionado R\$ 623.185 mil para fazer face a possíveis perdas nestes processos, conforme notas 13 e 15. Para o montante de R\$ 38.700 mil, não recebemos as informações dos advogados externos, tendo sido contabilizado com base nos controles internos do departamento jurídico da instituição, bem como, com base em extratos da Secretaria da Receita Federal, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e Procuradoria Geral da Fazenda. Assim, não foi possível concluirmos sobre a adequacidade do montante provisionado de R\$ 38.700 mil.

Trevisan

TCE-RJ	
PROCESSO Nº	
#7564 3/04	
Rubrica M	Fls. 06

**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Ao liquidante

Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. - BERJ (Em Liquidação)

- 9 O Governo do Estado do Rio de Janeiro mantém conta bancária junto a Caixa Econômica Federal - CEF denominada conta B para pagamento de determinadas obrigações referentes ao processo de liquidação do BERJ e também se responsabilizou pelo pagamento de superveniências passivas adicionais do Banco. Não foi possível determinar os valores já sacados e os elegíveis a saque na conta B (incluindo as contingências trabalhistas e cíveis mencionadas nas notas nos.12 e 14), bem como outras possíveis superveniências passivas de responsabilidade do Governo do Estado e se esses passivos serão transferidos ao BERJ.
- 10 Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos dos assuntos mencionados nos parágrafos 3 a 9, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. - BERJ (em Liquidação) em 31 de dezembro de 2003, o resultado de suas operações, as mutações de seu passivo a descoberto e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- 11 Conforme nota explicativa no. 1, a continuidade normal dos negócios do Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. - BERJ (em Liquidação), foi interrompida com o início do processo de liquidação extrajudicial decretada pelo Banco Central do Brasil, oficializado através do ATO PRESI no. 604 de 30 de dezembro de 1996. As demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária aplicáveis a instituição em regime normal de operação, não considerando os ajustes de ativos aos valores de realização, dos passivos aos valores de liquidação que são requeridos para instituição que não está em regime normal de operação devido às limitações anteriormente descritas e quanto à avaliação a mercado dos imóveis classificados no ativo imobilizado e em outros investimentos na data base de 31 de dezembro de 2003. Não foi praticável, nas circunstâncias, determinar o montante dos ajustes que poderiam vir a ser necessários caso a instituição tivesse que realizar seus ativos, liquidar o passivo, obrigações contingentes e compromissos por valores diferentes dos contabilizados.

Trevisan 

TCE-RJ	PROCESSO Nº
#7564 3/04	
Rubrica M	Fls. 06

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao liquidante

Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. - BERJ (Em Liquidação)

- 9 O Governo do Estado do Rio de Janeiro mantém conta bancária junto a Caixa Econômica Federal - CEF denominada conta B para pagamento de determinadas obrigações referentes ao processo de liquidação do BERJ e também se responsabilizou pelo pagamento de superveniências passivas adicionais do Banco. Não foi possível determinar os valores já sacados e os elegíveis a saque na conta B (incluindo as contingências trabalhistas e cíveis mencionadas nas notas nos. 12 e 14), bem como outras possíveis superveniências passivas de responsabilidade do Governo do Estado e se esses passivos serão transferidos ao BERJ.
- 10 Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos dos assuntos mencionados nos parágrafos 3 a 9, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. - BERJ (em Liquidação) em 31 de dezembro de 2003, o resultado de suas operações, as mutações de seu passivo a descoberto e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- 11 Conforme nota explicativa no. 1, a continuidade normal dos negócios do Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. - BERJ (em Liquidação), foi interrompida com o início do processo de liquidação extrajudicial decretada pelo Banco Central do Brasil, oficializado através do ATO PRESI no. 604 de 30 de dezembro de 1996. As demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária aplicáveis a instituição em regime normal de operação, não considerando os ajustes de ativos aos valores de realização, dos passivos aos valores de liquidação que são requeridos para instituição que não está em regime normal de operação devido às limitações anteriormente descritas e quanto à avaliação a mercado dos imóveis classificados no ativo imobilizado e em outros investimentos na data base de 31 de dezembro de 2003. Não foi praticável, nas circunstâncias, determinar o montante dos ajustes que poderiam vir a ser necessários caso a instituição tivesse que realizar seus ativos, liquidar o passivo, obrigações contingentes e compromissos por valores diferentes dos contabilizados.



Trevisan 

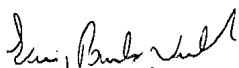
TCE-RJ	PROCESSO Nº
#7564 3/04	
Rubrica	Fls. 07

**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Ao liquidante  
Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. - BERJ (Em Liquidação)

- 12 Conforme mencionado na nota no. 8, em 31 de dezembro de 2002 o BERJ reavaliou os seus imóveis destinado a venda, sendo classificado ganho líquido em outros valores e bens no montante de R\$ 40.166 mil. Essa reavaliação ainda necessita ser homologada em assembléia de acionistas.
- 13 Conforme mencionado na nota 12, o Banco aderiu ao Parcelamento Especial - PAES previsto na Lei 10.684/03 perante o INSS, Procuradoria da Fazenda Nacional, Secretaria da Receita Federal e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, cujos débitos montam em 31 de dezembro de 2003 o valor de R\$ 26.913 mil. Até a presente data os órgãos competentes não disponibilizaram extrato com a consolidação dos débitos para a confirmação da aceitação do referido parcelamento. Não foram mensurados os efeitos financeiros de aumento no passivo da instituição caso o parcelamento não seja aprovado.
- 14 As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2002 foram por nós examinadas e o nosso parecer emitido em 31 de janeiro de 2003 continha ressalvas similares as dos parágrafos 3 a 9 e ênfases similares as contidas nos parágrafos 11 e 12 e ressalva quanto a ausência de revisão de papéis de trabalhos de outros auditores independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2001, ocasionando limitação quanto a adequação da demonstração de resultado, mutação do passivo a descoberto e as origens e aplicações de recursos do exercício findo em 31 de dezembro de 2002.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 2004.

  
Luiz Paulo Wulf  
Sócio-contador  
CRC 1RJ068769/O-2  
Trevisan Auditores Independentes  
CRC 2SP013439/O-5 "S" RJ

TCE-RJ	PROCESSO Nº
#7564	3/04
Rubrica M	Fls. 08

QUADRO 1

BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. - BERJ (Em liquidação)

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO  
(Em milhares de reais)

	2003	2002
<b>ATIVO</b>		
DISPONIBILIDADES	114	285
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	120.285	109.036
Aplicações em títulos de renda fixa	31.073	19.831
Cotas de fundo de investimentos	27.241	22.763
Certificados de privatização	89.302	89.302
Provisão para desvalorização	(27.331)	(22.050)
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	202.050	274.766
Créditos vinculados:		
SFH - Sistema Financeiro de Habitação - Depósitos no FAHORE		17.484
SFH - FGTS a ressarcir	4	424
SFH - Sistema Financeiro de Habitação - FCVS	579.845	733.937
Provisão para perdas em créditos vinculados	(376.890)	(477.050)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	158.344	148.364
Empréstimos e títulos descontados	582	582
Financiamentos	445	1.058
Financiamentos empreendimentos imobiliários	1.955	2.133
Financiamentos habitacionais	319.393	330.665
Provisões operações de créditos	(184.031)	(188.074)
OUTROS CRÉDITOS	525.836	532.806
Rendas a receber	3	3
Créditos específicos	1	17
Devedores por compras de valores e bens	7.552	7.552
Devedores por depósitos em garantias	60.088	58.546
Pagamentos a ressarcir	21.380	18.337
Diversos	452.210	465.760
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(15.408)	(15.409)
OUTROS VALORES E BENS	163.770	163.366
Outros valores e bens	163.042	162.826
Provisão para desvalorização	(10.272)	(10.260)
PERMANENTE	30.176	45.472
INVESTIMENTOS	31.736	37.982
Dependências no exterior		5.612
Participação em coligadas e controladas no país	5.404	4.573
Ações e cotas	36	36
Outros investimentos	36.768	36.768
Depreciações acumuladas	(10.462)	(9.027)
IMOBILIZADO DE USO	7.400	7.510
Imóvel de uso	7.724	7.724
Depreciações acumuladas	(309)	(265)
Outros	45	51
PASSIVO A DESCOBERTO	4.326.150	4.176.740
Capital:		
De domiciliados no país	(164.450)	(164.450)
Reserva de capital	(58)	(58)
Prejuízos acumulados	4.490.058	4.341.248
TOTAL DO ATIVO	5.536.025	5.450.855

TCE-RJ	PROCESSO Nº
#7564	3/04
Rubrica M	Fls. 09

QUADRO 1 (página 2)

BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. - BERJ (Em liquidação)

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO  
(Em milhares de reais)

	2003	2002
PASSIVO		
DIREITOS POR RESTITUIÇÃO	1.084	1.036
Obrigações por repasses	1.084	1.036
CREDORES PREFERENCIAIS	198.108	195.106
Créditos trabalhistas	1.654	4.883
Créditos tributários da União	881	
Créditos parafiscais	26.032	
Provisão para contingências	169.541	190.223
ENCARGOS E DÍVIDAS DA MASSA	4.074	24.094
CREDORES PRIVILEGIADOS	190	150
CREDORES QUIROGRAFÁRIOS	524.671	635.957
OUTRAS EXIGIBILIDADES	4.808.498	4.594.512
Assunção da Dívida com Bacen pelo Estado do Rio de Janeiro	4.776.401	4.563.837
Outras	32.097	30.675
TOTAL DO PASSIVO	5.536.625	5.450.855

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TCE-RJ	PROCESSO Nº
#7564	3/04
Rubrica M	Fls. JO

QUADRO 2

BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. - BERJ (Em liquidação)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS  
FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO  
(Em milhares de reais)

	2003	2002
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	353.128	1.861.984
Operações de crédito	31.648	31.146
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	8.793	14.483
Reversão de provisão operacional	312.687	1.816.355
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(233.831)	(145.944)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(219.316)	(132.576)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(14.515)	(13.368)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	119.297	1.716.040
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(265.700)	(605.719)
Despesas de pessoal	(8.729)	(10.569)
Outras despesas administrativas	(11.659)	(429.495)
Despesas tributárias	(29.705)	(3.621)
Resultado de participações em coligadas e controladas	(2.482)	4.927
Outras receitas operacionais	8.444	3.874
Outras despesas operacionais	(221.569)	(170.835)
RESULTADO OPERACIONAL	(146.403)	1.110.321
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	6.540	(6.029)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	(139.863)	1.104.292
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(139.863)	1.104.292
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	5.525.913	5.525.913
Nº de ações	(0,03)	0,20
Lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 3

BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. - BERJ (Em liquidação)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PASSIVO A DESCOBERTO DOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
(Em milhares de reais)

	Capital realizado atualizado	Reservas de capital		Prejuízos acumulados	Total
		Res. Espec. Lei 8.200	Outras		
EM 1º DE JANEIRO DE 2002	164.450	43	15	(5.465.668)	(5.322.160)
Ganhos de capital não realizados líquidos de tributos diferidos				41.128	41.128
Lucro líquido do exercício				1.104.292	1.104.292
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002	164.450	43	15	(4.341.248)	(4.176.740)
Ajuste de exercícios anteriores				(9.547)	(9.547)
Prejuízo do exercício				(139.863)	(139.863)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003	164.450	43	15	(4.490.658)	(4.325.150)

TCE-RJ	PROCESSO Nº
#7564	3/04
Rubrica	Fls. 11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TCE-RJ	PROCESSO Nº
#7564	3/04
Rubrica	Fls. 12

QUADRO 4

BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. - BERJ (Em liquidação)

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS DOS EXERCÍCIOS  
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
(Em milhares de reais)

	2003	2002
<b>ORIGEM DOS RECURSOS</b>	<b>302.477</b>	<b>601.827</b>
RECURSOS DE TERCEIROS ORIGINÁRIOS DE:	302.477	601.827
Aumento dos subgrupos do passivo:	218.010	118.242
. Obrigação por empréstimos e repasses	218.010	118.242
Diminuição dos subgrupos do ativo:	70.806	441.930
. Títulos e valores mobiliários	71.836	389.708
. Relações Interfinanceiras	6.970	32.148
. Outros créditos	5.651	20.074
Alienação de bens e investimentos:	49	527
. Bens não de uso próprio	5.612	527
. Investimentos		41.128
Ganhos de capital não realizados líquidos de tributos diferidos		
	302.648	601.739
<b>APLICAÇÃO DOS RECURSOS</b>	<b>281.830</b>	<b>359.749</b>
PREJUÍZO/LUCRO DO EXERCÍCIO AJUSTADO	139.863	(1.104.292)
Prejuízo/lucro líquido do exercício	(10)	(8.547)
. Provisão/reversão para desvalorização de outros valores e bens	136.382	1.469.182
. Provisão/reversão contingências trabalhistas/fiscais/cíveis	(1.523)	(1.521)
. Depreciação	(2.429)	4.927
. Resultado equivalência patrimonial	9.547	
. Ajustes de exercícios anteriores		
	3.732	62.298
Inversões em:	464	1.140
. Bens não de uso próprio - dações em pagamento/bens retomados		59.488
. Bens não de uso próprio - ganho de capital	8	30
. Imobilizado de uso	3.260	1.640
. Investimentos	21.229	37.112
Aumento dos subgrupos do ativo:	11.249	
. Títulos e valores mobiliários	9.980	37.112
. Operações de crédito		
. Outros créditos	(4.143)	142.580
Redução dos subgrupos do passivo:	(4.143)	142.580
. Outras obrigações		
	(171)	88
<b>AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DAS DISPONIBILIDADES</b>		
MODIFICAÇÃO NA POSIÇÃO FINANCEIRA:	205	197
Início do exercício	114	285
Fim do exercício	(171)	88
<b>AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DAS DISPONIBILIDADES</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TCE-RJ	
PROCESSO Nº	
#7564 3/04	
Rubrica	Fls. 13

**BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. - BERJ (Em liquidação)**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002  
(Em milhares de reais)**

**1 CONTEXTO OPERACIONAL**

Em 30 de dezembro de 1994, o Banco Central do Brasil - BACEN decretou o Regime de Administração Especial Temporária, pelo prazo de doze meses, nomeando um Conselho Diretor para administrar o Banco. Em 28 de dezembro de 1995, esse regime foi prorrogado por mais 12 (doze) meses e, em 2 de janeiro de 1996, o BACEN homologou a indicação do novo Conselho Diretor, designado pelo consórcio formado pelo Banco Bozano, Simonsen S.A. e a Cia. Bozano, Simonsen, vencedor da licitação para administrar o Banco, durante o exercício de 1996.

Em 8 de outubro de 1996, o Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A., na qualidade de acionista majoritário, transformou a BANERJ - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em banco múltiplo, que passou a ter a denominação de Banco Banerj S.A., conforme Ata de Assembléia Geral Extraordinária. Nessa mesma Assembléia foi aprovada a celebração de contrato de transferência de ativos e passivos para o novo banco. Formalizou-se, então, o instrumento particular de compra e venda de ativos, assunção de passivos e outras avenças, em 1º de novembro de 1996. Integram o referido contrato os bens intangíveis representados por fundo de comércio, clientela, marcas, nome comercial "BANERJ", nomes de fantasia e logotipos, bem como todas as marcas de produtos bancários de caráter financeiros, mais as agências, que foram adquiridos e transferidos para o Banco Itaú S.A.

Em 30 de dezembro de 1996, o Banco Central do Brasil, decretou a liquidação extrajudicial do Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A., tendo em vista a insuficiência patrimonial e incapacidade financeira da instituição em honrar compromissos, e nomeou o Banco Bozano, Simonsen como liquidante.

Em 31 de maio de 1997, o Banco transferiu o controle acionário da Banerj Seguros S.A. ao também controlado Banco Banerj S.A.

Em 26 de junho de 1997, o Banco vendeu ao Banco Itaú S.A., por intermédio de leilão na Bolsa de Valores, 1.492.759.736 ações ordinárias nominativas, que representavam 99,97% do capital social do Banco Banerj S.A., totalizando R\$ 187.017 mil. Foram recebidas como pagamento moedas de privatização no montante de R\$ 311.101 mil.

O Banco Central do Brasil, com base em decisão de 14 de janeiro de 2002 da Assembléia Geral Extraordinária, decretou o término do regime de liquidação extrajudicial e início do

TCE-RJ	
PROCESSO Nº	
#7564 3/04	
Rubrica	Fls.
M	14

O Banco Central do Brasil, com base em decisão de 14 de janeiro de 2002 da Assembléia Geral Extraordinária, decretou o término do regime de liquidação extrajudicial o início do regime de liquidação ordinária do Banco, homologado pelo ATO no. 953 de 8 de fevereiro de 2002.

## **2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas disposições da Lei nº 6.404/76 – Lei das Sociedades por Ações.

## **3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

### **a Ativos**

Estão registrados pelo custo acrescido dos rendimentos contratados; quando pré-fixados estão registrados pelo valor de resgate retificado pelos rendimentos e encargos a apropriar. É constituída provisão para desvalorização para refletir o valor de mercado, quando aplicável.

### **b Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A partir de 1º de março de 2000, em conformidade com a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, o Banco passou a estimar as perdas sobre créditos concedidos com base no nível de risco de cada cliente, considerando o número de dias em atraso das parcelas destes créditos.

### **c Permanente**

Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. O ativo imobilizado e os imóveis para renda registrados em outros investimentos (transferidos do imobilizado em 2002) são depreciados pelo método linear com base na taxa de 4% para as edificações. A participação em controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

### **d Passivos**

Estão atualizados com base nas condições contratuais até a data da decretação da liquidação. A partir desta data, as obrigações estão registradas pelo índice de remuneração das cadernetas de poupança (TR), sem incidência dos juros, conforme determina a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974.



TCE-RJ  
PROCESSO Nº  
**#7564 3/04**  
Rubrica M Fls. 15

e **Classificações entre curto e longo prazo**

O Banco não segregou os ativos e passivos entre curto e longo prazo em função de encontrar-se em regime de liquidação.

f **Demonstração do resultado**

Apurada pelo regime de competência e considera:

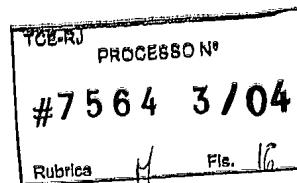
- Os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo.
- Os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.

4 **TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

	R\$ mil	
	2003	2002
Certificados de Privatização Estadual	162.729	145.185
Letras Financeiras do Tesouro	30.846	19.508
Quotas do Fundo de Desenvolvimento Social	27.241	22.763
Títulos da Dívida Agrária	213	304
Outros	14	19
Rendas a apropriar - Certificados de Privatização Estadual	(73.427)	(55.883)
	<u>147.616</u>	<u>131.896</u>
Provisão para desvalorização de títulos:		
Títulos da Dívida Agrária	(90)	(96)
Quotas do Fundo de Desenvolvimento Social	(27.241)	(22.764)
	<u>(27.331)</u>	<u>(22.860)</u>
Total	<u>120.285</u>	<u>109.036</u>

Os Certificados de Privatização Estadual poderão ser utilizados nas seguintes situações:

- No pagamento de suas dívidas para com o Tesouro Estadual e
- Na aquisição e/ou troca de títulos de emissão do Estado.



5 RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	2003	R\$ mil 2002
SFH - Fundo de Compensação e Variação Salarial	579.845	733.937
Provisão para perdas	(376.899)	(477.059)
Outros	4	17.908
Total	202.950	274.786

A provisão para eventuais perdas no FCVS foi constituída pelo percentual de 65%, com base em negociações ocorridas no mercado até 1998. Não temos conhecimento de novas negociações, sendo mantida então, a provisão no mesmo percentual.

O Banco optou pela novação das contas a receber de FCVS junto a Caixa Econômica Federal - CAIXA, de acordo com os termos previstos na Lei 10.150, de 21 de dezembro de 2000. Do universo de 19.224 contratos habilitados, a CAIXA analisou 15.431, sendo que 10.473 já foram homologados, que corresponde ao saldo de R\$ 129.023 mil, deduzidos das antecipações de pagamentos efetuados pela CAIXA, inclusive das Letras Hipotecárias recebidas em maio/92 (valor atualizado de R\$ 479.178 mil). Em razão da informação fornecida pela CAIXA sobre o montante da contribuição trimestral, correspondente 0,075% que poderá ser deduzida por ocasião do recebimento dos títulos CVS (Lei 10.150/00), efetuamos provisão para o FCVS Trimestral, no valor de R\$ 9.530 mil, sendo que R\$ 9.156 mil, referente a exercícios anteriores, foi registrado na conta de Lucros e Prejuízos Acumulados Exercícios Anteriores.

O crédito do FAHBRE (Fundo de Apoio à Produção de Habitações para a População de Habitações para a População de Baixa Renda) foi quitado integralmente pela Empresa Gestora de Ativos - EMGEA, em espécie, mediante desconto do fluxo originalmente previsto, no montante de R\$ 11.769 mil, em 18 de novembro de 2003, conforme Contrato de Confissão e Quitação Antecipada de Dívidas, de 17 de novembro de 2003.

TOE-RJ  
PROCESSO Nº  
#7564 3/04  
Rubrica N Fls. 17

6 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	R\$ mil	
	2003	2002
Empréstimos e títulos descontados	582	582
Financiamentos	445	1.058
Financiamentos imobiliários	321.348	332.788
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(164.031)	(186.074)
Total	158.344	148.364

Composição da carteira de créditos e da provisão pertinente:

Operações de crédito:	Valor base para provisão	Nível de risco	% de provisão- namento mínimo requerido	R\$ mil	
				Provisão constituída 2003	Provisão constituída 2002
Financiamentos Imobiliários	4.593	AA	0%		
Financiamentos Imobiliários	130.145	A	0,50%	651	517
Financiamentos Imobiliários	3.959	B	1%	40	129
Financiamentos Imobiliários	7.425	C	3%	223	383
Financiamentos Imobiliários	5.939	D	10%	594	805
Financiamentos Imobiliários	5.864	E	30%	1.759	2.484
Financiamentos Imobiliários	4.806	F	50%	2.403	2.444
Financiamentos Imobiliários	3.303	G	70%	2.312	4.284
Financiamentos Imobiliários	155.314	H	100%	155.314	174.289
Financiamentos Imobiliários	293	A	0,50%	1	5
Financiamentos	152	H	100%	152	152
Financiamentos	582	H	100%	582	582
Emprést e Tit Descontados				164.031	186.074
TOTAL	322.375				

Considerando a prerrogativa prevista na Resolução 2.682/99, do Banco Central do Brasil, o BERJ suspendeu o critério que determinava como opção do Agente, a permanência do crédito de liquidação duvidosa na mesma categoria de risco, mantendo, desta forma, a provisão, mesmo quando ocorria a negociação e realização dos pagamentos. Em vista disso, foi efetuada uma redução na Provisão para Operações de Crédito, da ordem de R\$ 27 mil, em setembro de 2003, em razão da reclassificação para categoria de menor risco, para os mutuários em atraso da Carteira de Crédito Imobiliário.

TCE-RJ	
PROCESSO Nº	
#7564	3/04
Rubrica M	Fls. 18

## 7 OUTROS CRÉDITOS

### 7.1 Depósitos judiciais

	R\$ mil	
	2003	2002
Recursos trabalhistas	47.746	45.899
Outros	12.342	10.647
Total	60.088	56.546

Os depósitos judiciais para garantia de execução de processos trabalhistas efetuados até 30 de dezembro de 1996, conservadoramente, estão sendo mantidos pelos seus valores históricos, bem como os depósitos recursais para interposição de recursos efetuados até 31 de maio de 1998, enquanto que referidos depósitos efetuados a partir de 1º de junho de 1998, no montante de R\$ 11.364 mil, estão sendo atualizados pela Taxa Referencial - TR e juros de 3% ao ano.

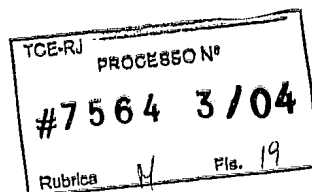
### 7.2 Pagamentos a ressarcir

	R\$ mil	
	2003	2002
Processo de restituição - contribuição social/88 (a)	18.804	17.283
Outros	2.588	1.054
Total	21.390	18.337

- (a) A contribuição social de 1988, recolhida indevidamente pelo Banco e já reconhecida em Juízo, vem sendo atualizada pela taxa Selic desde 1996 e utilizada para compensar débitos com a Receita Federal (IRRF, PIS, IOF e a própria CSLL).

### 7.3 Diversos

	R\$ mil	
	2003	2002
Imposto de renda a compensar	733	668
Títulos e créditos a receber (a)	444.059	443.770
Devedores diversos - País (b)	7.418	21.322
Total	452.210	465.760



- a Refere-se substantivamente à dívida da Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro – METRÔ, assumida pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, através do termo de compromisso de assunção de obrigações efetuado em 30 de junho de 1992, rerratificado pelos termos de 5 de agosto de 1993 e 1º de dezembro de 1994, com prazo de pagamento de 18 (dezoito) anos, sendo 4 (quatro) de carência, corrigidos pela TR ou, na falta desta, outro indexador equivalente, incidindo sobre o valor atualizado, juros de 1% ao mês, vencíveis a partir de 30 de junho de 1996 e tendo sido amortizado, o montante de R\$ 105.587 mil em 1996. Porém, o Governo do Estado do Rio de Janeiro não vem amortizando sua dívida desde o dia 2 de setembro de 1996. Com base em protocolo de intenções assinado em 13 de janeiro de 1997 entre o Estado do Rio de Janeiro e o Governo Federal, o primeiro comprometeu-se a quitar integralmente este compromisso através de refinanciamento que será obtido junto ao segundo. Conservadoramente, os liquidantes do Banco registram os rendimentos contabilmente em contas de controle, no entanto, não apropriam no resultado a receita correspondente desse crédito desde 1º de janeiro de 1997. Em 31 de dezembro de 2003 o saldo a receber monta o valor de R\$ 874.859 mil retificada com rendas a apropriar o montante de R\$ 446.688 mil, perfazendo o montante de R\$ 428.171 mil.
- b Os créditos vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação (parcelas do FAHBRE, FCVS e Seguro de Crédito Adquirido), de titularidade deste Banco Liquidando, que se encontravam retidos pela Caixa Econômica Federal, foram liberados, no montante de R\$ 14.933 mil, em 03 de dezembro de 2003, pelo fato do BERJ possuir créditos do FCVS homologados pela CAIXA suficientes para quitar as antecipações de pagamento do FCVS efetuadas por aquela empresa pública.

8 OUTROS VALORES E BENS - BENS NÃO DE USO PRÓPRIO

	R\$ mil	
	2003	2002
Bens recebido em datação de pagamento:		
Imóveis	79.730	79.315
Terrenos	103.311	103.311
Provisão para desvalorização	(19.271)	(19.260)
Total	163.770	163.366

O Banco constituiu no passado provisão para desvalorização de modo a reduzir o custo desses ativos ao seu valor de mercado. Em março de 2002 esses ativos foram avaliados por peritos em aproximadamente R\$ 154.471 mil. Em 31 de dezembro de 2002 foi reconhecido um ganho líquido de R\$ 40.166 mil alocados no patrimônio líquido com a constituição dos tributos diferidos passivos no valor de R\$ 20.205 mil.

TCE-RJ PROCESSO Nº  
**7564-3/04**  
 Rubrica H Fls. 20

9 **DEPENDÊNCIA NO EXTERIOR**

O Banco encerrou as atividades da agência no exterior, localizada em Grand Cayman – British Virgin Islands, sendo repatriado o montante de R\$ 5.560 mil (US\$ 1.589 mil) em 24 de janeiro de 2003, tendo a administração do Banco Itaú S.A. efetuado os procedimentos jurídicos para o encerramento da agência.

10 **PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADAS E COLIGADAS NO PAÍS**

O Banco do Estado de Rio de Janeiro S.A. – BERJ (em Liquidação) mantém participação de 49% da Empresa Brasileira de Soldas Elétricas S.A. – EBSE, representada por 4.900 ações ordinárias nominativas classe A. A Assembleia Geral Extraordinária de 9 de junho de 2003, agrupou as antigas 105.810.699.781 ações ordinárias em 10.000. A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 15 de outubro de 2002, deliberou acerca do aumento do capital da empresa no valor de R\$ 6.860 mil, relativo às ações subscritas pelo acionista Banco do Estado do Rio de Janeiro S/A – Em Liquidação.

	2003	R\$ mil 2002
Saldo Inicial	4.573	-
Aumento de capital integralizado	3.260	1.640
Patrimônio líquido - base para equivalência	11.027	9.332
% participação	49%	49%
Resultado de equivalência	(2.429)	4.573
Saldo final	5.404	4.573

11 **ASSUNÇÃO DE DÍVIDA PELO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Valor creditado em 31 de dezembro de 1996 pelo BACEN na conta de reserva bancária do Banco, no montante de R\$ 3.413.734 mil. Em 15 de julho de 1998, o Estado do Rio de Janeiro assumiu essa obrigação junto ao BACEN. Essa dívida vem sendo atualizada pela variação da Taxa Referencial – TR e não tem prazo certo de vencimento. Em 31 de dezembro a conta apresentou o montante de R\$ 4.776.401 mil (R\$ 4.563.837 mil em 2002).

TCE-RJ	
PROCESSO Nº	
#7564 3/04	
Rubrica	Fls. 21

## 12 CREDORES PREFERENCIAIS – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PARAFISCAIS

O Banco aderiu ao Parcelamento Especial previsto na Lei 10.684/03 perante o INSS, Procuradoria da Fazenda Nacional, Secretaria da Receita Federal e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação:

	R\$ mil
	2003
Procuradoria Fazenda Nacional	624
Secretaria da Receita Federal	257
Instituto Nacional Seguro Social	25.314
Fundo Nacional de Desenv. Educação	718
<b>TOTAL</b>	<b>26.913</b>

## 13 PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro as provisões para contingências estavam compostas da forma que se segue:

	R\$ mil	
	2003	2002
Trabalhistas (a)		
Previdenciárias (b)	102.142	118.046
Tributárias (c)	45.462	35.496
Outras	21.937	36.681
<b>Total</b>	<b>169.541</b>	<b>190.223</b>

- a No exercício de 2002 o BERJ reverteu para o resultado os saldos das provisões trabalhistas no valor de R\$ 1.073.909 mil com base em parecer jurídico emitido pela Fundação Universitária de Brasília – FUBRA. A argumentação é que as provisões trabalhistas representam na verdade, dupla garantia, por que o Estado do Rio de Janeiro, na constituição da "conta B", de que é Agente Fiduciário a Caixa Econômica Federal, trouxe recursos suficientes para acolher todos os débitos trabalhistas. Esse entendimento é o mesmo do BACEN, que através do documento BCB nº 195/2001, excluiu do passivo do Banco a totalidade das referidas contingências, para fim de transformar o regime extrajudicial a que se submetia a instituição em ordinário.

TCE-RJ	
PROCESSO Nº	
#7564	3/04
Rubrica	Fls. 22

- b O valor está contabilizado com base em extrato da dívida ativa emitido pela Procuradoria do INSS. Em 2 de dezembro de 2003, o BERJ recebeu Carta de Citação, sendo o respectivo processo judicial patrocinado pela ABDE – Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento.
- c Representa 100% do valor dos processos tributários, principalmente relacionados com o IPTU, Salário Educação e FINSOCIAL.

#### 14 ENCARGOS E DÍVIDAS DA MASSA

Os encargos e dívidas da massa estão substantivamente representados pela obrigação decorrente da transferência das obrigações previdenciárias originalmente do Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. – BERJ (em Liquidação) que em 18 de fevereiro e em 20 de março de 2002, formalizou dois documentos com a Rio Previdência – Fundo Único de Previdência do Estado do Rio de Janeiro, com transferência de recursos do primeiro para o segundo no montante de R\$ 398.815 mil correspondente ao pagamento dos benefícios dos planos de incentivos à aposentadoria. Esse valor representa a reserva matemática necessária para cobertura da concessão da renda normal incentivada, e foi fixado pela consultoria atuarial William M. Mercer. Posteriormente esse valor foi certificado através de parecer atuarial emitido pela Fundação COPPETEC. Essa quantia está composta da forma que se segue:

	R\$ mil
Grupo de 684 participantes	238.815
Grupo de 382 participantes	160.000
Total	<u>398.815</u>

Cumpra informar que esse gasto foi efetuado considerando principalmente as seguintes premissas:

- O Estado do Rio de Janeiro assumiu, em substituição ao BERJ, as obrigações relativas aos pagamentos dos beneficiários dos planos de incentivos a aposentadoria, em função da Lei Estadual nº 2.997/98;
- O Rio Previdência passou a gerir o regime de previdência do Estado do Rio de Janeiro, por força da Lei Estadual nº 3.189/99, assumindo a responsabilidade pelo pagamento de benefícios devidos originalmente pelo BERJ;
- Necessidade de o Rio Previdência receber os recursos correspondentes às obrigações assumidas, de modo a garantir a continuidade do pagamento dos benefícios dos ex-empregados do BERJ e



TCE-RJ	
PROCESSO Nº	
#7564 3/04	
Rubrica	Fis. 23

- Esse gasto tem natureza trabalhista, o que justifica o seu pagamento com preferência em relação aos demais credores.

No exercício foram efetuados pagamentos nos valores de R\$ 10.000 mil e R\$ 12.000 mil, conforme Termos de Pagamentos formalizados em 13 de fevereiro de 2003 e 18 de novembro de 2003, com base na alínea "a" da cláusula terceira do Termo de Transação firmado em 20 de março de 2002.

Em 31 de dezembro de 2003 o valor da obrigação devida a Rio Previdência é da ordem de R\$ 2.030 mil.

#### 15 CREDITORES QUIROGRAFÁRIOS

A conta de credores quirografários está representada pelos credores que se habilitaram junto ao Banco. Seu montante é atualizado pela TR. Em 31 de dezembro o saldo está composto como a seguir:

	2003	R\$ mil 2002
Dívida com o FGTS-Caixa Econômica Federal (a)	39.887	35.924
EMBRATUR	1.103	1.055
Credores Habilitados - Diversos	4.403	4.207
Contingências Cíveis (b)	475.581	591.271
Credores Habilitados em Análise	3.338	3.189
Outros	359	311
	<u>524.671</u>	<u>635.957</u>

- a O BERJ formalizou com a Caixa Econômica Federal, em 3 de novembro de 2003, Contratos de Confissão e Renegociação de Dívidas com a Caixa Econômica Federal, referentes aos saldos vincendo e vencido, de acordo com as Resoluções n.º 338, 353 e 408 do Conselho Curador do FGTS, que estabeleceram critérios de renegociação de dívidas com o FGTS, com a utilização de créditos novados do FCVS pelo valor de face e atualização da dívida com base no índice de remuneração básica das contas vinculadas do FGTS, acrescidos de juros nominais de 3,12% ao ano, até 5 de maio de 2000 e, após esta data, acrescido de juros efetivos de 6,17% ao ano.

TCE-RJ	PROCESSO Nº
#7564	3/04
Rubrica <i>MF</i>	Fis. 23

- Esse gasto tem natureza trabalhista, o que justifica o seu pagamento com preferência em relação aos demais credores.

No exercício foram efetuados pagamentos nos valores de R\$ 10.000 mil e R\$ 12.000 mil, conforme Termos de Pagamentos formalizados em 13 de fevereiro de 2003 e 18 de novembro de 2003, com base na alínea "a" da cláusula terceira do Termo de Transação firmado em 20 de março de 2002.

Em 31 de dezembro de 2003 o valor da obrigação devida a Rio Previdência é da ordem de R\$ 2.030 mil.

#### 15 CREDORES QUIROGRAFÁRIOS

A conta de credores quirografários está representada pelos credores que se habilitaram junto ao Banco. Seu montante é atualizado pela TR. Em 31 de dezembro o saldo está composto como a seguir:

	R\$ mil	
	2003	2002
Dívida com o FGTS-Caixa Econômica Federal (a)	39.887	35.924
EMBRATUR	1.103	1.055
Credores Habilitados - Diversos	4.403	4.207
Contingências Cíveis (b)	475.581	591.271
Credores Habilitados em Análise	3.338	3.189
Outros	359	311
	<u>524.671</u>	<u>635.957</u>

- a O BERJ formalizou com a Caixa Econômica Federal, em 3 de novembro de 2003, Contratos de Confissão e Renegociação de Dívidas com a Caixa Econômica Federal, referentes aos saldos vincendo e vencido, de acordo com as Resoluções n.º 338, 353 e 408 do Conselho Curador do FGTS, que estabeleceram critérios de renegociação de dívidas com o FGTS, com a utilização de créditos novados do FCVS pelo valor de face e atualização da dívida com base no índice de remuneração básica das contas vinculadas do FGTS, acrescidos de juros nominais de 3,12% ao ano, até 5 de maio de 2000 e, após esta data, acrescido de juros efetivos de 6,17% ao ano.

TCE-RJ	
PROCESSO Nº	
#7564 3/04	
Rubrica	Fig. 24

- b A provisão foi constituída em 100% referente aos processos judiciais cíveis, com base nas informações prestadas pelos advogados credenciados e nos controles internos, considerando as perdas julgadas prováveis e possíveis, gerando uma reversão de R\$ 196.618 mil no exercício de 2003. A concentração dos processos por quantidade e por relevância é a seguinte:

Advogado responsável	Quantidade	Em R\$ mil
		2003
Azevedo, Magalhães	2.838	413.514
Maria Adelina Cadete Rezende de Oliveira	156	3.399
José Lacerda Sales Padilha	4	52.000
Paulo de Tarso Ribeiro	5	3.362
Arnold Wald	2	2.270
Outros	646	1.036
	3.651	476.581

#### 16 CAPITAL

O capital social é representado por 5.525.912.819 ações, sendo 3.168.434.106 ordinárias e 2.357.478.713 preferenciais, todas sem valor nominal.

#### 17 CRÉDITOS FISCAIS

Em 31 de dezembro de 2003, o Banco apresentava R\$ 208.092 mil (R\$ 532.394 mil em 2002) e R\$ 208.092 mil (R\$ 532.403 mil em 2002) referentes a prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social respectivamente. Os correspondentes créditos fiscais não foram registrados no ativo do BERJ.

#### 18 CONTINGÊNCIAS

##### Contingências ativas

O BERJ possui as seguintes causas em andamento cujos benefícios estão provisionados ou não estão registrados no ativo do Banco:

- a Quando da liquidação de diversos créditos da Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro - METRÔ, em 30 de dezembro de 1987, foi verificada diferença nos cálculos em favor do Banco. O montante dessa diferença deveria ser objeto de arbitragem por parte do Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Rio de Janeiro, com base no artigo 205 da Constituição Federal de 1977.

TCE-RJ	PROCESSO Nº
#7564	3/04
Rubrica M	Fls. 25

- b Custos e multas pecuniárias atribuídas pela insuficiência no recolhimento dos Depósitos Especiais Remunerados – DER. O Banco impetrou ação direta de inconstitucionalidade e mandado de segurança, visando a nulidade do processo e a imediata devolução dos valores debitados nas reservas do Banco. Em 16 de dezembro de 1994, a Justiça Federal concedeu, parcialmente, a segurança para decretar a nulidade do referido ato, todavia, com relação à restituição dos valores apropriados, a sentença entendeu que esta deveria ser pleiteada pela via ordinária. O BACEN recorreu dessa decisão e o Banco apresentou recurso adesivo referente à restituição dos valores remetidos. Em 28 de abril de 1998, a 4ª Turma do TRF – 1ª Região, por maioria, negou provimento ao recurso do BACEN, assim como ao adesivo do Banco. O Banco interpôs recurso especial para o STJ. A 1ª Turma deu provimento integral, determinando ao Banco Central que procedesse a imediata devolução de todos os valores ilicitamente apropriados da conta de reserva bancária do BERJ. O acórdão foi publicado em 3 de novembro de 2003. Após a publicação, o Banco Central apresentou recurso de embargos de declaração, com o intuito de prequestionar o artigo 100 da Constituição Federal, sendo rejeitado por unanimidade e o respectivo acórdão publicado em 11 de dezembro de 2003. Em 04 de novembro de 2003, o BERJ apresentou petição requerendo o imediato cumprimento do decisório, tendo em vista tratar-se de tutela mandamental. Por determinação do relator do recurso especial, Min. Francisco Falcão, foi expedido ofício ao Presidente do Banco Central, em 18 de dezembro de 2003, informando acerca do teor das decisões da 1ª Turma. Após a publicação do acórdão dos embargos da declaração, o Banco Central interpôs, na data de 5 de fevereiro de 2004, embargos de divergência, dirigido à Primeira Seção do STJ, bem como recurso extraordinário por violação do artigo 100 da Constituição Federal. Ambos os recursos estão em fase de processamento perante a secretaria da Primeira Turma do STJ. Após o julgamento dos embargos de divergência, haverá ainda o julgamento do Recurso Extraordinário, caso a tese do BERJ seja vencedora nos embargos de divergência.
- c Finsocial dos exercícios de 1989 e 1992 recolhido pelo Banco e suas antigas coligadas questionado no judiciário no valor de R\$ 156.186 mil.
- d Com fundamento na declaração de inconstitucionalidade dos Decretos 2.445 e 2449/88 e na Resolução do Senado Federal n.º 49/95, o BERJ efetuou Pedido de Restituição do PASEP recolhido no período de 1988 a 1995, em 10 de setembro de 2003, no valor de R\$ 213.423 mil.

#### 19 RESPONSABILIDADE POR ATIVOS E PASSIVOS DO BANCO BANERJ S.A.

O Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. (Em Liquidação Ordinária) e o Estado do Rio de Janeiro responderão, junto ao adquirente, Banco Itaú S.A., por qualquer insubsistência ativa, passivos ocultos ou superveniência passiva do Banco Banerj S.A. e/ ou suas subsidiárias diretas ou indiretas, desde que tais obrigações decorram de atos ou fatos praticados até a data da transferência das ações do Banco Banerj S.A. para o novo grupo de controle.